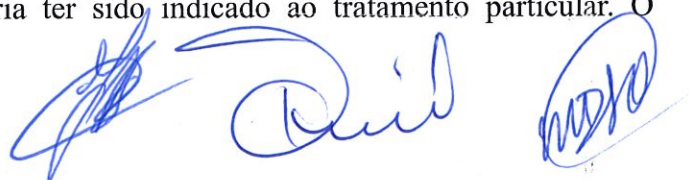


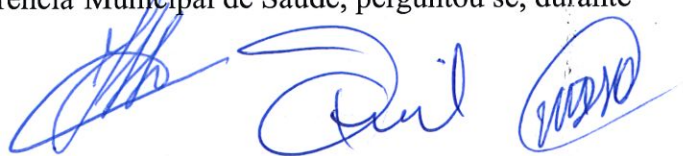
ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA VINTE E SETE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. (27-03-2023).

Ao vigésimo sétimo dia do mês de março de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às nove horas e catorze minutos, foi realizada a Reunião Conjunta da Comissão Permanente de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente; por videoconferência. **Participaram da Reunião os Vereadores:** Manoel Douglas, Ricardo Miranda, José Antunes, Ronaldo Bento, Ediraldo Ramos, Adimar Cota, Maurício Antônio Borges, Sônia Azzi, Pedro Ulisses, Gilberto Matheus. **Registraram Presença:** Corjesu Quirino, Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Mariana; Kelem, do Fundo Municipal de Saúde; Jonathan Chaves Silva, Secretário de Saúde; Edvaldo Santos de Andrade, Secretário de Governo; Luciane Aparecida Malta, Gerente Administrativa do Hospital Monsenhor Horta; Tiago Henrique Alvarenga Lopes, Diretor Administrativo do Hospital Monsenhor Horta. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense e havendo número regimental”, o Vereador Manoel Douglas iniciou os trabalhos às nove horas e catorze minutos, consultando os vereadores a respeito da leitura e aprovação da ata. Todos dispensaram a leitura e aprovaram a ata por unanimidade. O Vereador Manoel Douglas então solicitou a leitura do ofício. Após a leitura, o Vereador Ediraldo Ramos pediu a palavra e questionou o motivo de o projeto de sua autoria não ter sido apresentado como pauta da reunião, ao que o Vereador Manoel Douglas respondeu que a leitura do material deve ser feita em reunião ordinária para que em seguida possa ser apreciada em reunião de comissão. Com a palavra, o Procurador da Câmara, Sr. Corjesu Quirino, explicou que o procedimento adotado atualmente na Casa determina que o documento a ser discutido deveria ser protocolado. Disse ainda que, uma vez protocolado, que a Casa não teria o direito de retirar o material de pauta, mas que caberia deliberação a respeito da legalidade. A respeito do projeto, afirmou que o conteúdo feria o dispositivo legal do estatuto do servidor, mas seria conduzido normalmente para leitura e discussão na Casa caso fosse assim desejado pelo Vereador Ediraldo. O Vereador Manoel Douglas disse ser defensor da pauta, mas que aguardava análise da regimentalidade pela Casa e se colocou à disposição para defesa da pauta. O Vereador Ediraldo Ramos afirmou que a pauta não importaria ônus ao Município e que desejava submetê-la ao plenário. O Vereador Manoel Douglas reforçou que o projeto não estava em pauta, mas que apoiava o proposto e pediu que o Vereador Ediraldo Ramos o apresentasse ao departamento jurídico da Casa. O Vereador José Antunes Vieira, em contrapartida, afirmou que, caso o projeto não pudesse ser aprovado, a exposição causada pela interrupção do debate seria prejudicial à Casa e ao autor do requerimento e que esta consequência poderia influenciar o voto dos vereadores. O Vereador Ronaldo Bento lembrou que pautas nos mesmos moldes haviam sido debatidas previamente e concordou com o Vereador José Antunes, complementando que seria competência da Prefeitura deliberar a este respeito. O Procurador Corjesu Quirino afirmou que, por questão técnica, deveria haver consenso sobre a restrição de matérias devido a impasses técnicos e jurídicos, e opinou sobre a redução da carga e sobre funcionamento vinte e quatro horas por dia da farmácia, afirmando que a Casa não poderia realizar alterações que implicassem alterações orçamentárias ou impasses legais. Finalizou sua fala afirmando que, independentemente

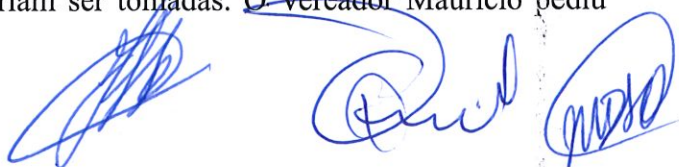
do posicionamento dos presentes, uma vez protocolado, o projeto deveria passar por leitura em reunião ordinária e ser finalmente retirado pela comissão. O Vereador Manoel Douglas sugeriu que o presidente da Casa tratasse com os autores de projetos de lei, para que houvesse entendimento mútuo sobre a legalidade e possibilidade do projeto antes de sua protocolização. O Vereador Pedro Ulisses, em comentário sobre a fala do Sr. Corjesu, afirmou ser autor do pedido de alteração do horário de funcionamento da farmácia. Disse que fez a indicação para o executivo justamente por entender que essa alteração demandaria verbas ao Município e que caberia ao Secretário de Saúde e ao poder executivo encaminhar um projeto de lei para apreciação da Câmara. O Vereador Manoel Douglas deu continuidade à reunião apresentando a pauta do **projeto de lei substitutivo n.º 26/2023**, de autoria do prefeito em exercício, que autoriza o Município a conceder transferência de recurso na modalidade de subvenção social e firmar instrumento de parceria com a fundação marianense de educação e comunidade da figueira e dá outras providências. O projeto vinha com o parecer favorável da procuradoria da Casa e votaram em consonância os Vereadores: Ricardo Miranda, José Sales, Manoel Douglas, José Antônio Vieira, Pedro Ulisses, Marcelo Macedo e Adimar José Cota. O Vereador Marcelo Macedo ressaltou que o motivo de não haver sido repassado o recurso teria sido atraso na prestação de contas por parte da Comunidade da Figueira, como apurado. O Vereador Ronaldo Bento corroborou a fala do Vereador Marcelo Macedo e afirmou que o Município se encontra adimplente com todas as outras instituições. O Vereador Marcelo Macedo solicitou ao Vereador Manoel Douglas que deliberasse pelas comissões e que constasse no parecer emitido pela Procuradoria da Casa seguinte pedido: que o PL N.º 26/2023 fosse votado em única discussão e votação, durante a reunião ordinária das dezesseis horas. O pedido foi acatado pelo Vereador Manoel Douglas. **Projeto de lei n.º 27/2023**. De autoria dos Vereadores Manoel Douglas e Ronaldo Bento, dispunha sobre a instituição do evento denominado Arraiá Cidade Alta no calendário oficial do Município, e dava outras providências. Se manifestaram favoráveis os Vereadores: Ricardo Miranda, José Sales, Marcelo Macedo, que agradeceu e apreciou a importância do evento, o Vereador Manoel Douglas, que aproveitou para agradecer e manifestar apreciação, o Vereador Ronaldo Bento, que agradeceu, e os Vereadores José Antunes, Pedro Ulisses e Adimar Cota. O Projeto foi então liberado para pauta às dezesseis. Atendendo à solicitação do **ofício n.º 02/2023** da Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo, o Vereador Manoel Douglas passou a palavra ao Vereador José Antunes, presidente desta comissão. O Vereador José Antunes cumprimentou os presentes e explicou que o convite para participação na reunião se deu por necessidade de esclarecimento a respeito da não realização de uma cirurgia pelo Hospital Monsenhor Horta. Com a palavra, o Sr. Tiago Henrique Alvarenga Lopes, Diretor Administrativo do Hospital, cumprimentou a todos os presentes e estabeleceu que, dos atendimentos realizados pelo Hospital, cerca de setenta e seis a oitenta por cento seriam relacionados ao SUS. Disse que o caso especificamente que demandou esclarecimentos se tratava de uma cirurgia de vesícula biliar, que acabou não sendo realizada pelo Hospital. Explicou que o paciente havia dado entrada no Hospital em cólica, passado por avaliação da equipe médica como preconizado, envolvendo análise clínica e do cirurgião, e havia sido entendido não haver urgência na operação. Disse ainda que, caso fosse realizada a operação, o paciente seria priorizado em relação a todos os outros na fila de cirurgias eletivas. Que, durante a avaliação médica, o sintoma de dor não necessariamente implica urgência, e que o tratamento vesicular geralmente envolve desinflamação pré-operatória, etapa que poderia durar até 6 semanas. Finalizou sua fala informando que o paciente optou por não aguardar e que por isso deveria ter sido indicado ao tratamento particular. O



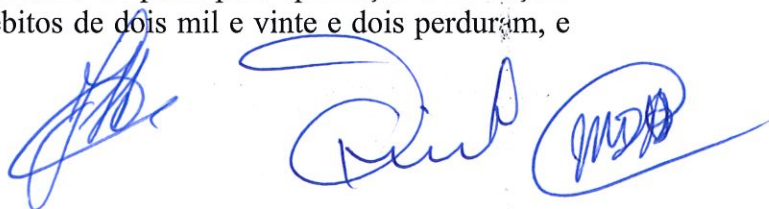
Vereador José Antunes abriu a palavra aos demais Vereadores. O Vereador Marcelo Macedo pediu que a comissão de Saúde se manifestasse. O Vereador Pedro Ulisses informou haver requerido ao Secretário de Saúde a fila de espera para cirurgias eletivas do Município, e que haviam quatrocentos e oitenta e seis procedimentos em fila. Disse que, visando agilidade, gostaria de saber do diretor do Hospital qual era a capacidade do Hospital para procedimentos do tipo. Sugeriu que, a depender da resposta, fossem realizadas parcerias com outros Municípios como Ponte Nova, Itabirito e Belo Horizonte com a finalidade de extinguir essas filas, e que formularia a sugestão por escrito como indicação. O Vereador José Antunes perguntou se o Sr. Tiago saberia responder quantas dessas cirurgias poderiam ser realizadas pelo Hospital, ao que o Sr. Tiago respondeu que não saberia precisar exatamente, mas que poderia explicar o fluxo de pacientes. Disse que o Hospital funciona com sessenta e sete por cento de ocupação, em média, e que os restantes trinta e três por cento estariam disponíveis para atendimento ao público. Disse que o fluxo de pacientes era determinado através da central de regulação, TFD, da seguinte forma: a demanda, inicialmente, passava por um cirurgião especialista, que indicava a cirurgia e o TFD filtrava as emergências, enviando-as ao Hospital. Disse que, dentre os mais de quatrocentos casos mencionados, por volta de cem estavam agendados no Hospital. Disse também que, no mês de março, haviam sido repassados setenta e quatro exames de colonoscopia, que seria realizado um mutirão e que, devido ao pré-operatório complicado, seriam provavelmente realizados no Município de Mariana. A Sra. Luciane complementou dizendo que o TFD deveria filtrar os procedimentos de maior urgência para que o corpo clínico disponibilizasse a agenda de realização dos procedimentos, e que, recentemente, havia sido atendida uma grande fila para a cirurgia de catarata, praticamente zerada. O Sr. Tiago repetiu que, dos mais de quatrocentos procedimentos em espera, mais de cem seriam responsabilidade do Hospital e que sim, poderiam ser feitas parcerias para agilizar o atendimento. Frisou que o Hospital não interrompeu as operações, independentemente de repasses faltantes da Prefeitura e que a fila de cirurgias eletivas não representava um volume grande. Adiantou que a agenda do cirurgião havia sido ampliada, e se necessário, poderia ser ampliada novamente. O Vereador Pedro Ulisses disse que esteve no Hospital e que presenciou funcionários, especialmente os técnicos de enfermagem, trabalhando em meio a muita pressão. Perguntou ainda se era verdadeira a informação fornecida pela recepção de que a ficha do paciente só poderia ser cobrada totalmente pelo convênio médico ou totalmente pelo SUS, ao que Tiago respondeu que sim, essa seria prática comum por questões técnicas de faturamento dos procedimentos. O Vereador Pedro Ulisses disse haver sido informado pelos funcionários do Hospital de que havia a prática de não iniciar novas fichas pelo SUS enquanto não fosse normalizado o pagamento da prefeitura, ao que o Sr. Tiago respondeu que não era verdade. Disse que, a depender do dia, a demanda chegaria a ser maior, mas também que o número atual de colaboradores seria suficiente. A Sra. Luciane complementou dizendo que o protocolo de atendimento dependia da urgência do caso, avaliada pela equipe, sendo os casos menos urgentes repassados à Policlínica e que os funcionários sequer possuíam ciência da situação financeira do Hospital. O Vereador Pedro Ulisses discordou do protocolo de classificação de urgência e disse que todos os atendimentos deveriam ser realizados prontamente, independente da gravidade, e adiantou que formalizaria um requerimento das informações que solicitou durante a reunião. O Vereador Ronaldo Bento pediu que fosse explanado sobre os contratos do Município com o Hospital, ao que o Vereador Pedro Ulisses complementou que também seria protocolado um requerimento dessas informações. O Vereador Ronaldo Bento, com base em uma fala que ouviu na Conferência Municipal de Saúde, perguntou se, durante



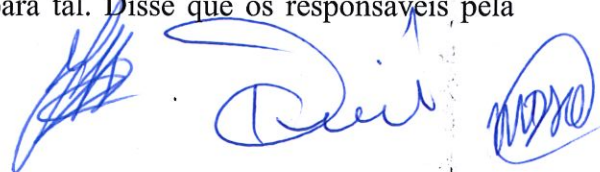
a gestão do Vereador Ronaldo Bento na Prefeitura, havia sido cerceado algum direito de fala ou pagamento do Sr. Tiago. O Sr. Tiago respondeu que o posicionamento pessoal de qualquer colaborador não deveria ser confundido com o posicionamento dos representantes do Hospital e que o tratamento pessoal tanto com o Vereador Ronaldo Bento quanto com qualquer outro Prefeito havia sido sempre polido e profissional. O Vereador Ronaldo Bento perguntou se, em algum momento, havia sido feita alguma solicitação de pagamento que havia sido negada ao que o Sr. Tiago respondeu que não, que sempre foi atendido. O Vereador Ronaldo Bento disse que todas as demandas da saúde eram prioridades durante sua gestão, que havia ficado chateado com os rumores e negou que havia cerceado pagamentos ou direito de conversa durante sua gestão. Leu seu requerimento do funcionamento da entrega de medicamentos em horário integral do funcionamento da farmácia, esclarecendo que não requereu funcionamento por vinte e quatro horas por dia, apenas a possibilidade de entrega de medicamentos durante todo o horário de funcionamento da farmácia. O Sr. Tiago, com a palavra, respondeu ao Vereador Pedro Ulisses que, caso todo paciente fosse atendido prontamente, seria prejudicado o fluxo de atendimento dos casos mais graves, e que acabaria a oportunidade do paciente classificado como amarelo ou vermelho receber atendimento em tempo hábil. Então prosseguiu com a explicação de que o Hospital possuía três contratos com o Município. Disse que o primeiro contrato seria referente ao pronto atendimento, para despesas como pagamento de pessoal médico, assistente social, etc., o segundo seria a respeito de leitos e o terceiro chamado "contrato geral", que cedia ao Município a gerência da saúde de forma plena, e uma modalidade na qual o Município é um intermediário de repasse de verbas entre o estado e o Hospital, de recursos direcionados para hemodiálise, urgência e emergência, além disso, todos os procedimentos cirúrgicos, exames laboratoriais, suplementação de procedimentos, estão abarcados neste contrato. Finalizou dizendo que o Município, em média, repassava um milhão e duzentos mil reais por mês. O Vereador Pedro Ulisses perguntou se constava no contrato o fluxo de pacientes entre a Policlínica e o Hospital, considerando a gravidade de cada caso, e o Sr. Tiago respondeu que precisaria confirmar, mas que acreditava que sim, e que encaminharia os contratos. O Vereador Pedro Ulisses perguntou qual era o andamento da obra de expansão e construção de dez leitos, para qual o Município havia feito repasse, ao que o Sr. Tiago respondeu haver atrasos nas obras devido a impasses estruturais encontrados durante o andamento das obras, e que encaminharia um relatório a respeito das causas, que estavam sendo tratadas. O Vereador Pedro Ulisses respondeu que não havia avistado nenhuma indicação no Hospital de que o repasse para as obras havia sido feito pelo Município, ao que o Sr. Tiago respondeu que não haveria problema em colocar uma placa. O Vereador Maurício, com a palavra, lembrou que havia sido realizado um consórcio para realização de cirurgias de catarata. Pontuou que, no caso da cirurgia de varizes, o Hospital disponibilizou apenas duas cirurgias por mês. Disse que seria importante que todos os encaminhamentos de cirurgias pelo SUS fossem avaliados pelo profissional para agendamento e que houvesse uma agenda específica para atendimento das demandas cirúrgicas do SUS. Disse ainda, sobre a parceria com a NEFRO, que a fila para agendamento de primeira consulta com nefrologista contava com mais de quatrocentas e cinquenta pessoas, e que talvez fosse necessário realizar o consórcio de outra forma. O Sr. Tiago concordou e disse que solicitaria à prestadora de serviços uma agenda para diminuir a fila da nefrologia. O Vereador Maurício perguntou se seria possível a realização de mais cirurgias vasculares por mês, ao que o Sr. Tiago respondeu que sim, e que faria uma visita juntamente com o Dr. Jonas para discutir como absorver essa demanda e que providências poderiam ser tomadas. O Vereador Mauricio pediu



que o Hospital encaminhasse a resposta em relação à fila da nefrologia. O Vereador Ricardo Miranda solicitou que o Hospital encaminhasse essa resposta à Comissão de Saúde e que repassasse a todos os vereadores para que tivessem ciência. O Vereador Marcelo Macedo cumprimentou a todos e perguntou desde quando os pagamentos do Hospital vinham sendo atrasados ao que o Sr. Tiago respondeu haver débitos a serem identificados, pois na manhã da reunião havia sido creditado em conta um valor. Disse que, antes desse crédito, os pagamentos referentes de junho a dezembro somavam quatrocentos e sessenta e seis mil reais. O Vereador Marcelo Macedo perguntou se seria comum o atraso no pagamento da prefeitura, ao que o Sr. Tiago respondeu que o contrato preconizava o vencimento no dia cinco de cada mês, mas que sempre houve comunicação com o Município, e que de certa forma, sim, seria comum. O Vereador Marcelo Macedo perguntou se existiam procedimentos a serem pagos pela prefeitura, ao que o Sr. Tiago respondeu que sim, que havia um débito de um milhão e trezentos mil, e parte desse débito poderia ser responsabilidade do estado enviar ao Município para que fosse repassado ao Hospital. O Vereador Marcelo Macedo perguntou como seriam separados os atendimentos do SUS dos de convênio. O Sr. Tiago disse que o Hospital não tinha um centro de custos implantado, que se sabia que oitenta por cento dos pacientes seriam do SUS em média, mas que não havia um centro de custos estabelecido. Finalizou sua fala afirmando que toda a administração do Hospital passava pelo crivo do auditor do SUS. O Vereador Marcelo Macedo perguntou por que tudo seria submetido ao corpo clínico do Hospital, e por que recusariam algumas cirurgias, ao que o Sr. Tiago frisou que o hospital não havia suspenso cirurgias em nenhum momento, independente de repasses atrasados do Município e que só não se faria cirurgia que excedesse a capacidade de complexidade. O Vereador Marcelo Macedo disse que não seria essa a informação que chegou pros vereadores, e perguntou se as notificações de suspensão de atendimento à Secretaria de Saúde tinham concordância da administração do Hospital ao que o Sr. Tiago disse que terem *partido* da administração. Disse que a secretaria havia sido notificada, pois o Hospital não possuía caixa para suportar sequer um pequeno período de atraso nos pagamentos, devido à natureza do serviço prestado, por conta da urgência de pagamento dos prestadores de serviço. O Vereador Marcelo Macedo pediu que fosse encaminhado um ofício ao Hospital e também à Secretaria de Saúde contendo todas as notificações em relação à suspensão desses serviços cobrados e as respostas obtidas pelo Hospital. Sobre os leitos de UTI, o Vereador Marcelo Macedo disse que votou a favor do projeto, mas que não esperava que houvesse impasses na obra por haverem sido apresentados estudos prévios, e pediu uma visita técnica de todas as comissões com a presidência no Hospital. O Vereador Ronaldo Bento pediu a palavra, e iniciou sua fala sobre a paralisação das obras, ao que o Sr. Tiago disse que não havia dito isto de modo algum. Disse que as obras estariam em fase de construção do abrigo de água e do de hemodiálise, e que este último seria onde houve o impasse na obra. O Vereador Ronaldo Bento perguntou se havia a possibilidade de não dar continuidade à obra, ao que Sr. Tiago disse que não. O Vereador Marcelo Macedo pontuou que os repasses da prefeitura para esta obra representavam valores altos, e que ainda havia uma grande fila de pacientes. O Vereador cobrou mais responsabilidade da gestão do Município com a Saúde e questionou a inadimplência do Município, após a maior arrecadação da história, afirmando seu interesse em entender melhor os contratos vigentes junto ao Secretário de Saúde. Com a palavra, O Vereador Ronaldo Bento pontuou que o Município possuía um protocolo de repasse e que os pagamentos nunca dependeram de aprovação do executivo, que o processo demandava aprovação de cada secretário de pasta para aprovação e liberação. Disse que seria necessário entender que débitos de dois mil e vinte e dois perduram, e



que a nota de colonoscopia de junho seria de somente novecentos reais. Disse para o Sr. Tiago que em nenhum momento chegou a informação ao prefeito de que havia débito entre o Município e o Hospital e que se não foi seguido o fluxograma seria necessário diagnosticar o responsável pelo problema. O Vereador Marcelo Macedo disse que, quando citou esses pagamentos, não pretendia culpar o Vereador Ronaldo Bento, na época Prefeito em exercício, e que o débito não seria de novecentos reais, mas sim vários de milhares, somando mais de quatrocentos mil reais. Disse que, quando fazia críticas, tinha que se ater aos fatos, que eram: a pendência existia, precisava ser averiguada, e que havia um responsável. Disse que o Município não estava em crise, pelo contrário, se encontrava em momento próspero que não se justificava a inadimplência. Disse ainda que o Vereador Ronaldo Bento fez o que podia em sua gestão, mas que não tinha conhecimento de tudo. O Vereador José Antunes informou que o Sr. Tiago possuía um compromisso e que seu tempo se esgotava, e pediu que o Secretário e o Vereador Ronaldo Bento continuassem. O Vereador José Sales disse haverem quatrocentos e oitenta e seis procedimentos cirúrgicos a serem feitos no Município, e pediu que o Sr. Tiago enviasse um planejamento desses procedimentos, mês a mês, no prazo de uma semana. O Vereador Manoel Douglas pediu que fosse apresentado também o que seria de responsabilidade do Município e qual o porte financeiro para que isso acontecesse. O Vereador Manoel Douglas deu voz a uma pergunta de um cidadão, realizada através das redes sociais. O cidadão questionou por que existiria contrato com o Hospital se havia a UPA em funcionamento vinte e quatro horas por dia. O Sr. Tiago respondeu que o Hospital não dispunha somente de pronto atendimento clínico, mas também de especialidades a disposição e que não trabalhava com lucro. Disse ainda que o hospital seria um elo importante para a saúde do Município, e que não via o contrato como despesa para o município, mas sim como um investimento. Agradeceu a todos e se retirou. **Esclarecimentos da Secretaria de Saúde.** O Vereador Manoel Douglas passou a palavra ao Vereador José Antunes que cumprimentou o secretário Jonathan e agradeceu pela transparência durante a reunião de sábado. O Vereador informou que o secretário havia mencionado um equipamento que teria sido alocado na Casa Rosa somente na época de inauguração e que teria sido retirado do local. O Vereador perguntou qual era o aparelho, onde se encontrava e se seria realmente necessário na Casa Rosa. O Sr. Jonathan agradeceu e iniciou a fala abordando questões anteriormente discutidas. Disse que faria questão de revisar o contrato do pronto atendimento com o Hospital e acreditava que não havia sido descrito o protocolo de priorização de atendimento por urgência e que havia sido feito um acordo durante a pandemia que seguia até o presente, mas que traria a informação apurada. Disse ainda que houve notificação do Hospital sobre a suspensão do trabalho por falta de pagamento constante, mas que a situação havia sido resolvida sem prejuízo ao município. A respeito do equipamento da Casa Rosa, respondeu ser necessário, sim, e que seria um equipamento de ultrassom fundamental para a eficiência da Casa Rosa. Disse, finalmente, que outro equipamento estava em processo de aquisição, juntamente com equipamento de ar condicionado para a unidade. O Vereador José Antunes perguntou onde estaria o equipamento e por que havia sido levado. O Secretário respondeu que o equipamento estava no Previne e que teria sido retirado por demandar ar condicionado para funcionamento e que procuraria esclarecer a situação. O Vereador José Antunes, então, perguntou a respeito do relatório da Secretaria de Saúde sobre o Centro de Convenções, disse que foi elaborado um novo relatório de vistoria e perguntou quais medidas foram tomadas, de maio de 2022, data do primeiro relatório, até agora. Elogiou a redação e afirmou ter havido uma falha muito grande na alocação das vítimas da enchente no local, impróprio para tal. Disse que os responsáveis pela



negligência em relação ao primeiro relatório continuam na secretaria. O Vereador Ronaldo Bento disse que não havia sido notificado, como Prefeito em exercício na época, da situação de descalabro do Centro de Convenções, onde deveria ter sido implementado um plano de ação como detectado em maio de dois mil e vinte e dois. Disse que havia sido encaminhado um relatório à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Saúde, apresentando essas negativas da vigilância sanitária. O Vereador José Antunes aproveitou para questionar o Secretário Jonatan a respeito de quais providências haviam sido tomadas para solucionar o problema sanitário no prédio desde maio de dois mil e vinte e dois até o presente momento. O Secretário respondeu que quatro secretarias ocupavam aquele prédio, e que haveria uma reunião no dia seguinte em que trataria desse assunto com os secretários e finalizou dizendo que seria de responsabilidade de todos que ocupam o prédio zelar por sua conservação. O Vereador José Antunes respondeu que não se pode responsabilizar somente a secretaria de administração e que providências seriam tomadas. O Vereador Ronaldo Bento convidou o Vereador José Antunes a enviar um relatório junto à comissão de saúde com o laudo da vigilância sanitária, solicitando a paralisação das atividades no prédio até que fossem atendidas as normativas legais. O Vereador José Antunes disse que muito se preocupou, pois havia sido relatada a presença de mosquitos no ambiente, disse que o relatório havia sido muito bem elaborado, lido em público e que se resguardou fazendo ofício, e que essa situação seria irresponsabilidade da gestão passada. O Vereador finalizou sua fala pedindo que o Secretário Jonathan atendesse ao posto do Morro Santana, onde havia denúncias da presença de ratos, e que fossem tomadas as providências, pois o Município contava com equipe de vigilância competente. O Secretário Jonathan concordou com a preocupação a respeito do posto do Morro Santana e pediu que a solicitação de esclarecimento fosse direcionada ao Secretário de Governo, para que pudesse elaborar um esclarecimento de todas as secretarias em conjunto, dada a complexidade do pedido e, porque dessa forma, haveria maior facilidade de articulação. O Vereador José Antunes agradeceu e pediu que o secretário de governo trouxesse a informação. O Vereador Ronaldo Bento pediu a palavra, e disse que no Anexo V do relatório da vigilância havia sido relatada a presença de mosquitos, que o relatório concluiu a gravidade da situação e perguntou se a vigilância sanitária teria visitado o local para remediar a situação. O Secretário Jonathan respondeu que a vigilância havia atuado conforme sua competência. Disse ainda que, como seria de conhecimento de todos, existiam vários objetos de várias secretarias no prédio, que foi feita a aplicação de larvicidas, mas as secretarias e autarquias também deveriam se responsabilizar pela ação conjunta de manutenção no espaço. O Vereador José Antunes afirmou que a omissão da secretaria e da vigilância seriam graves, pois haviam abrigado vítimas fragilizadas em um ambiente onde eram sabidas as condições impróprias, e haviam relatado somente após o abrigo temporário ser dissolvido. O Secretário de governo se comprometeu a contatar os secretários e afirmou que encaminharia o relatório no dia seguinte à Casa. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, o Vereador José Antunes agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às doze horas e onze minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**

